



A Nova Configuração Territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação¹

Maria Cleide Carlos Bernal

Profa. da Universidade Federal do Ceará/FEAAC

Resumo: A região Nordeste passou por grandes transformações econômicas nas duas últimas décadas do século passado, movidas pelas mudanças ocorridas no Brasil e na economia mundial. No cenário mundial a reestruturação produtiva e a globalização financeira impuseram aos governos neoliberais como o do Brasil uma inserção subordinada através da liberalização comercial e da desregulação dos fluxos financeiros. A desconcentração industrial a partir de São Paulo marca a maior parte dessas transformações, que vão ter impacto em todas as regiões do país. No Nordeste a nova configuração territorial favorece a expansão urbana e o processo de metropolização de suas capitais, porém não muda substancialmente o quadro das desigualdades sociais, prevalecendo a exclusão e a pobreza como herança do padrão de desenvolvimento adotado. Neste artigo apresentamos uma análise das desigualdades da renda familiar e da pobreza na região Nordeste durante as duas últimas décadas, e uma análise dos processos de metropolização de suas capitais.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, reestruturação econômica, fragmentação territorial.

INTRODUÇÃO

As transformações territoriais que marcam o Nordeste neste fim de século decorrem da desconcentração industrial ocorrida no país nos anos 80, que carrega consigo a falência do Estado

Nacional e das políticas que amparavam a construção do mercado interno, afetando a região, com o esgotamento do seu crescimento industrial desde meados dos anos 80.

A desconcentração industrial decorreu da estratégia do II PND (Plano Nacional de

¹ Este artigo é parte da reflexão sobre o tema “A Emergência de Fortaleza como Metrópole Periférica: Segregação e terciarização”, Tese de Doutorado apresentada ao IPPUR/ UFRJ em 18.072003.

Desenvolvimento) e da prolongada crise econômica que afetou significativamente as regiões com maior desenvolvimento industrial. Com a ruptura do padrão de financiamento no final dos anos 70 e com a progressiva crise fiscal, ocorreu um colapso do planejamento econômico nacional em todos os níveis, reduzindo a capacidade da União de articular as esferas subnacionais de governo. O fortalecimento das opções de integração das regiões com o exterior, em detrimento das articulações de caráter nacional, expuseram o risco de fragmentação de regiões tradicionais e a produção de novos espaços. Assim, regiões e estados menos industrializados tenderam a se articular com a região e o estado mais industrializado através da “especialização” de suas economias. Assim é que os estados do Nordeste passaram a se integrar com os mercados do Sul e Sudeste, através da especialização da produção de bens intermediários.

Ao lado deste processo de desconcentração industrial ocorreu a descentralização fiscal, a partir do aprofundamento da crise econômica no fim dos anos 70 e da redemocratização do país, que veio a se concretizar mais fortemente com o novo pacto federativo que se estabeleceu no Brasil a partir da Constituição de 1988. Para AFFONSO (1997, p. 25), os estados aumentaram sua participação relativa no total das receitas fiscais ao longo dos anos 80, com sua receita própria evoluindo de 22% para 26% e sua receita disponível de 22% para 27%, de 1980 a 1988. Por outro lado, a União teria perdido posição relativa em todo o período, antes e depois da nova Constituição, com sua participação na receita própria decaindo de 75% em 1980 para 66% em 1994, e a sua participação na receita disponível reduzindo-se de 69% em 1980 para 58% em 1994. Paralelamente à descentralização de recursos fiscais em favor dos estados e municípios teria havido maior absorção dos encargos por parte desses níveis de governo, embora de maneira descoordenada e diferenciada em cada uma das regiões.

A descentralização fiscal ocorreria em um

contexto de progressiva fragilização financeira do setor público, tornando-o cada vez mais dependente dos adiantamentos de capital privado para a realização de investimentos, aumentando o comando privado sobre o gasto público e inviabilizando o planejamento. Como decorrência desse movimento ao longo dos anos 80 e início dos anos 90, viria a ocorrer a desestruturação dos mecanismos tradicionais de planejamento e regulação federativa. Os conflitos que antes se restringiam à disputa entre o governo federal de um lado, e os estados e municípios de outro, se ampliariam para uma disputa entre estados e entre municípios de diferentes regiões, através da guerra fiscal.

Os estados do Nordeste nos anos 90 sofreram intensamente as consequências da “privatização do Estado”, tendo em vista o desaparecimento do planejamento regional e das políticas compensatórias, ficando um vazio que vai ser preenchido pela guerra fiscal e pelas estratégias dos governos estaduais em implementar as formas mais variadas de competição pelos capitais privados, já que o significado de região começa a perder sentido para o governo central, a partir das suas estratégias de desenvolvimento para favorecer os estados e áreas mais próximas do Mercosul. Nesse período mais recente, alguns estados do Nordeste entram em depressão, enquanto outros se favorecem com as estratégias citadas, destacando-se nesse último caso o Ceará, a Paraíba e a Bahia, que embora se apresentem com elevadas taxas de crescimento econômico, sofrem os efeitos perversos da ausência de políticas para o campo, tendo o êxodo rural-urbano impactos negativos sobre o mercado de trabalho e sobre o aumento das favelas nas capitais.

Neste contexto, os estados do Nordeste acolhem, como resultado de oportunidades oferecidas pelos governos estaduais, os capitais provenientes de antigas áreas industriais e se deslocam para regiões periféricas, atraídos pela mão-de-obra barata e pelo sindicalismo de menor expressão, além dos incentivos fiscais e financeiros e da infra-estrutura oferecida pelos governos daqueles estados. Além disso,

os estados promovem a flexibilização do trabalho que se apresenta sob as formas mais variadas de emprego precário, sendo mais comum as chamadas cooperativas de trabalho, um mecanismo de burlar as leis trabalhistas e empregar de forma precária trabalhadores desorganizados distantes dos sindicatos.

O resultado da ausência de planejamento e de políticas para o Nordeste foi o agravamento das desigualdades sociais e interregionais de renda e o aumento da pobreza em todos os estados, apesar da modernização de sua economia, pelo menos nos setores e subespaços mais dinâmicos que apresentam maiores níveis de produtividade.

A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO NORDESTINO

A política adotada pelo Brasil como resposta à crise dos anos 70 seguiu os rumos demarcados pelo II PND, que propunha a intensificação do processo de industrialização, com a substituição de importações de bens de capital. No aspecto geopolítico o plano visava a integração territorial do país, seguindo uma lógica industrial descentralizadora, através da implantação de grandes projetos de infra-estrutura e grandes projetos industriais que objetivavam redirecionar a indústria tanto em termos setoriais quanto em termos regionais.

Carleial (1993, p. 38-40) aponta a crise da década de 80 e seus rebatimentos sobre a estrutura produtiva como responsáveis pela desconcentração industrial no período 1980-87. O setor industrial teria tido o seu dinamismo definido pelo desempenho da indústria extrativa e da mineração, enquanto a transformação industrial teria se mantido estagnada. A agricultura teria também apresentado grande dinamismo, influenciando a desconcentração espacial, em razão da sua modernização tecnológica e maior integração setorial, além da ampliação da fronteira em direção à Região Centro-Oeste, com repercussões nas regiões Nordeste e Sudeste, pela

participação de espaços da Bahia, Piauí, Maranhão e Minas Gerais. Já nos anos 90 as tendências de descentralização industrial são apontadas por Sabóia (2000, p. 6) como decorrentes de uma possível mudança no padrão locacional da indústria brasileira, que aumentaria sua importância no interior dos principais estados industrializados e de alguns estados fora do eixo Sul/Sudeste. A partir daí estariam surgindo novas aglomerações industriais de pequeno porte nas mais distintas regiões do país, caracterizadas por baixos salários e pequeno nível de diversificação industrial. O emprego industrial teria caído em quase todas as regiões entre 1989 e 1997, à exceção do Centro-Oeste, embora tenha se constatado o crescimento dos estabelecimentos industriais em torno de 24% em média em todas as regiões. No caso da região Nordeste apenas os estados de Ceará e Piauí teriam apresentado aumento do emprego na indústria de transformação e extrativa mineral, com taxas de crescimento de 9,1% e 22,9%, respectivamente, no período em destaque.

Para Araújo (2000, p. 151-186), há um processo de “ajustamento” da estrutura industrial do Nordeste ao estilo da industrialização brasileira recente, tendo a região a função de produzir bens intermediários, ao mesmo tempo em que se afirma como “região-mercado” (sobretudo para o Sudeste) numa articulação de complementariedade no contexto nacional. Antes mesmo do início dos anos 90, a desconcentração industrial observada no Brasil já vinha atingindo o Nordeste (GUIMARÃES NETO, 1990, *apud* ARAÚJO, p. 170), com a sedimentação de importantes pólos de desenvolvimento agro-industrial, a exemplo do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e o do complexo mínero-metalúrgico do Maranhão. O perfil industrial do Nordeste viria mudando, com a perda de posição relativa da indústria de bens não-duráveis de consumo e o crescimento relativo do segmento voltado para a produção de bens intermediários. A “nova” indústria financiada pelos incentivos fiscais teria se destacado entre as demais como beneficiárias dos recursos do sistema 34/18 e FINOR.

Outro elemento importante da integração via

movimento do capital produtivo seria a crescente presença de grandes grupos empresariais no Nordeste através da indústria de transformação, da construção civil, dos complexos agro-industriais e das grandes cadeias de supermercados e magazines. Entre 1975 e 1990 o Nordeste teria aumentado sua participação de 12% para 18% no número de unidades produtivas das cinco mil maiores empresas do país, constatando que os grupos extra-regionais dirigem e controlam os empreendimentos de maior porte da indústria incentivada, ao mesmo em tempo que produzem preferencialmente bens intermediários e bens de consumo duráveis; enquanto isto os empresários nordestinos concentrariam seu controle sobre os empreendimentos de menor porte e destinados a produzir bens de consumo não-duráveis (op. cit, p. 187-188).

Para Pacheco (1998, p. 230-233), a crescente “especialização” das economias regionais resulta de um processo de integração comandado a partir de São Paulo, em contrapartida da maior complementariedade inter-regional. No caso do Nordeste, apesar da especialização, o processo de crescimento industrial e agrícola teria implicado aumento da heterogeneidade entre as diversas estruturas econômicas estaduais. O valor da produção agropecuária continuaria concentrado em poucos produtos, com destaque para cana-de-açúcar, mandioca, feijão, cacau, milho e arroz. Somente na Bahia se verificaria uma estrutura mais diferenciada onde haveria uma diversificação decorrente da progressiva expansão. No caso da produção industrial, o processo de especialização regional seria ainda mais evidente, a indústria de bens intermediários seria responsável por 48,1% do valor da transformação industrial, com outros 41,1% decorrentes da produção de bens de consumo, conforme dados do Censo Industrial de 1985.

Um balanço de três décadas de planejamento na região Nordeste aponta para a consolidação de uma estrutura produtiva com elevado grau de heterogeneidade e diversidade como consequência da

ação estatal, surgindo na região diversos subespaços de estruturas econômicas modernas e dinâmicas, onde se destacam o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o pólo agro-industrial de Petrolina /Juazeiro, áreas da moderna agricultura de grãos nos cerrados de Maranhão, Piauí e Bahia, o pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte, o pólo de pecuária intensiva no agreste pernambucano e os diversos pólos turísticos das capitais litorâneas, esses como consequência dos investimentos federais na última década. Ao lado dessas estruturas modernas, permanecem as velhas estruturas identificadas com as zonas cacauceiras, canavieiras e o sertão semi-árido, onde o crescimento se faz pela incorporação de terras mais do que pela elevação da produtividade e que permaneceram sem incentivos financeiros na última década.

A METROPOLIZAÇÃO DAS CAPITAIS DO NORDESTE

Acompanhando o processo de industrialização do Nordeste emerge um vigoroso crescimento urbano nas capitais e suas áreas de influência, especialmente em Fortaleza, Recife e Salvador, porém com características diferenciadas em cada uma delas.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), composta por 13 municípios e com aproximadamente 2,9 milhões de habitantes, foi a metrópole nordestina que mais cresceu entre as três maiores na década de 90. No início dos anos 90 a cidade de Fortaleza já tinha ultrapassado em população a cidade de Recife e hoje, com a implantação de um pólo turístico na capital e com a modernização e ampliação de seu pólo têxtil e calçadista, a RMF, que foi ampliada com mais quatro municípios em 1999, mantém um dinamismo econômico notável. Destacam-se na RMF os municípios de Aquiraz (onde está situado o complexo turístico *Beach Park*), Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Horizonte como pólos industriais. São

Gonçalo do Amarante, embora com uma taxa de crescimento demográfico ainda relativamente baixa, é sede do complexo industrial e portuário de Pecém, recentemente inaugurado.

Fortaleza, quinta maior concentração urbana do país, vem mantendo a posição líder no crescimento demográfico do conjunto metropolitano nordestino. O contingente populacional da Região Metropolitana de Fortaleza, representa 53,4% da população urbana do Estado, sendo somente a capital responsável por 46,5% desta população. A taxa de crescimento demográfico de Fortaleza no período 1991-2000 foi de 2,13%, e o da RMF de 2,51%.

A metrópole de Fortaleza manteve praticamente inalterada sua estrutura industrial nas duas últimas décadas, conservando os setores mais tradicionais à frente do seu desenvolvimento industrial, onde se destacam um forte pólo têxtil e de confecções e um pólo coureiro-calçadista que cresceu e se modernizou na última década, na esteira da guerra fiscal e da oferta de infra-estrutura e mão-de-obra barata promovida pelo governo do Ceará. Em 1995 cerca de 64% do PIB do estado foi gerado no espaço metropolitano e 58% das unidades fabris estavam instaladas na RMF, em 1996 (IPEA, 1999).

Diferentemente de outros estados, o Ceará apresenta uma configuração espacial altamente concentrada. A capital, com uma população de 2.138 mil habitantes em 2000, tem uma população dez vezes maior do que a segunda cidade mais populosa do estado, Caucaia (250 mil habitantes) situada dentro da área de abrangência da metrópole. Apesar do setor industrial absorver parte considerável da população ocupada, o setor terciário comercial é muito forte em Fortaleza, a cidade se insere entre os três pólos comerciais do ramo de confecções mais importantes no cenário nacional e tem o maior centro comercial de autopeças da região Nordeste (IPEA, 1999).

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) congregando 10 municípios e com 3 milhões de

habitantes, é a que mais cresceu (2,13%) depois de Fortaleza, no último período inter-censitário (1991-2000), graças ao dinamismo do pólo petroquímico de Camaçari que experimentou um incremento anual de 4,55% da sua população, e da capital como maior pólo turístico do Nordeste, que cresceu 2,50% neste período. A RMS é responsável por mais da metade da produção baiana e concentra mais de 80% da indústria de transformação do estado, provocando espaços conurbados, principalmente entre Salvador, Ilha de Itaparica, município Lauro de Freitas e o litoral de Camaçari (IPEA, 1999).

Entretanto, a maior região metropolitana do Nordeste ainda é Recife, com 3,3 milhões de habitantes, devido a existência de uma grande área industrial no entorno da capital, formada por 14 municípios, onde se destacam Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, além do pólo turístico situado na cidade de Olinda. Ainda assim, a cidade de Recife permaneceu relativamente estagnada frente às outras capitais do Nordeste, com uma população de 1,4 milhão de habitantes e uma taxa média anual de crescimento demográfico em torno de 1,02% na década. Com uma baixa densidade demográfica, de 0,75 habitante/km na década, a Região Metropolitana de Recife apresentou uma taxa média de crescimento nos anos 90 em torno de 1,48%, colocando-se numa tendência demográfica diferente das outras duas metrópoles nordestinas, como decorrência da estagnação econômica que tem predominado no estado de Pernambuco, diante do declínio da cana-de-açúcar.

As três metrópoles nordestinas seguem uma tendência peculiar. Como o comércio é uma atividade forte nessas regiões, os serviços da distribuição têm um peso bastante significativo na PEA, assim como os serviços pessoais. Dentre os três maiores estados somente o Ceará teve um crescimento urbano acima do nacional, motivado pela intensa migração rural-urbana, fenômeno que também caracteriza as outras regiões metropolitanas do Nordeste, em menor

proporção.

O agravamento da problemática social nas áreas rurais proporcionalmente mais intenso do que nas áreas urbanas tem ocasionado o processo migratório, com concentração da pobreza nas periferias urbanas. A concentração de investimentos públicos e privados nas regiões metropolitanas tem contribuído para um forte fluxo migratório do interior para as capitais, tendo em vista a ausência de políticas voltadas para o campo e para a integração aos mercados das áreas mais vulneráveis. A segregação urbana, o empobrecimento das categorias sociais mais carentes, o crescimento das favelas nas grandes cidades e o aumento da prostituição, a exemplo de Fortaleza, Recife e Salvador, tem sido o resultado mais visível desse processo caótico de urbanização nas cidades nordestinas.

Tabela 1. Renda Média Familiar per capita Metropolitana (Valores em Reais corrigidos pelo INPC de 1999)

Estratos	1981	1989	1995	1999
Fortaleza				
10% + pobres	24,14	19,12	28,03	22,55
10%+ ricos	1.024,37	1.195,36	1.129,57	1.112,47
5% +ricos	1.442,25	1.760,42	1.614,54	1.632,51
1%+ ricos	2.748,46	3.664,36	3.052,80	3.381,18
Recife				
10% + pobres	24,67	19,83	27,02	24,77
10%+ ricos	1.051,75	1.200,52	1.062,33	1.221,61
5% +ricos	1.503,60	1.759,13	1.476,29	1.795,19
1%+ ricos	2.981,82	3.745,18	2.627,98	3.547,34
Salvador				
10% + pobres	30,95	24,59	24,72	24,57
10%+ ricos	1.421,11	1.699,51	1.455,49	1.405,32
5% +ricos	1.968,92	2.370,58	2.130,39	1.971,75
1%+ ricos	3.738,19	4.238,08	4.269,92	3.632,81

Fonte: IBGE/PNADs 1981, 1989, 1995, 1999.

Entretanto, no aspecto estritamente econômico, as metrópoles nordestinas têm experimentado um notável dinamismo na última década, em razão dos financiamentos recebidos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) destinados às grandes obras de infra-estrutura voltadas para o turismo e dos investimentos industriais realizados nos últimos dez anos.

Porém, este crescimento tem tido pouco impacto nos segmentos mais pobres da população, como indica a tabela 1: os 10% mais pobres permaneceram com o mesmo nível de renda (Recife) ou perderam renda (Fortaleza e Salvador) entre 1981 e 1999; enquanto isso os segmentos mais ricos tiveram ganhos apreciáveis, especialmente os estratos referentes aos 5% e 1% mais ricos da população.

AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA

Utilizamos neste item a tipologia de setores econômicos construída por Miller (1999) para avaliar as mudanças na qualidade do emprego no setor de serviços na década de 90 e utilizada pelo Observatório de Políticas Municipais e Gestão Urbana/UPPUR em várias pesquisas realizadas em 2000 e 2001. Trata-se do reagrupamento dos ramos e grupos de atividades econômicas usadas pelos IBGE, tendo como base os dados das PNADs, cuja finalidade é superar alguns dos conhecidos e complicados obstáculos para a análise empírica dos serviços decorrentes da utilização de matrizes classificatórias próprias às sociedades industriais para a produção de dados. Para Ribeiro, coordenador do Observatório, nessas matrizes os serviços são concebidos como categoria residual da atividade econômica, ou seja, toda a atividade que não se enquadra na produção e transformação de bens tangíveis. No Brasil a imprecisão conceitual seria ainda maior em razão do uso propagado da categoria “terciário”, sendo que os “serviços” são utilizados para designar as atividades de “prestação de serviços pessoais”.

Segundo a tipologia utilizada, assim se apresenta a ocupação nos setores:

Indústria: subdividida em dinâmica, tradicional e fabricação caseira;

Serviço de Distribuição: ambulante, auto-serviço, comércio especializado (lojas), transportes e comunicações;

Serviço à Produção: serviços técnico-profissionais (inclusive, incorporação de imóveis), administração, limpeza, vigilância e guarda de imóveis, serviços auxiliares à atividade econômica, instituições de crédito, seguros e capitalização;

Serviço Social Público: educação e cultura, saúde, entidades científicas e culturais, previdência social, e assistência social;

Serviço Social Privado: educação, saúde, previdência social e serviços sociais não-lucrativos (assistência e beneficência, sindicatos e associações de classe, entidades desportivas e recreativas, organizações cívicas e políticas, serviços comunitários, etc.)

Serviços Pessoais: reparação e conservação de bens; hospedagem e alimentação; serviços de lazer; serviços domésticos, serviços de higiene pessoal; outros serviços

De posse dessa tipologia, procuramos avaliar as trajetórias de evolução da estrutura produtiva das três metrópoles, confrontando as diversas tendências de forma comparativa, no período 1981/1999. Segundo a tipologia, as características do mercado de trabalho apresentam diferenças significativas nas três metrópoles nordestinas. As atividades industriais têm maior realce na metrópole de Fortaleza, que ainda ocupam cerca de 24% da PEA, enquanto em Salvador o percentual baixou de 27,6% para 17,6% e em Recife, de 27,2% para 17,2%, entre o início dos anos 80 e o fim da década de 90. Os serviços de distribuição são o maior destaque para a metrópole de Recife, o emprego neste grupo de atividades chegou a 26,3% em 1999, passando dos 21,4% no início dos anos 80. Enquanto isso, Salvador se destaca tanto pelo crescimento desses serviços como pela relativamente elevada participação do emprego nos serviços de apoio à produção, que chegaram a 10,8% em 1999, padrão semelhante ao de Belo Horizonte e Porto Alegre. A metrópole de Salvador concentra a maioria das atividades terciárias do estado, por meio do comércio ou da prestação de serviços ou ainda pela burocracia estatal que movimenta e atrai recursos de diversas regiões produtivas do estado. O crescimento

industrial concentrado e o turismo fizeram surgir diversas atividades terciárias e criaram opções para a atração de novos investimentos, muitos deles ligados às correntes internacionais de capital.

A cidade de Recife vem se enfraquecendo comparativamente de Fortaleza na última década, tendo Pernambuco perdido para o Ceará parcela importante do seu parque de fiação, tecelagem e confecções como parte da política de incentivos fiscais administrada pela SUDENE na década de 80, além da crise do seu setor mais tradicional, a indústria sucro-alcooleira. Entretanto, o seu setor *serviços* vem se fortalecendo, o mesmo já integrava 60% do PIB do estado em 1996, com atividades ligadas ao chamado terciário moderno - informática, serviços médicos e hospitalares e turismo (IPEA, 1999). A população ocupada nos serviços de apoio à produção crescem de 7,3% para 8,9%, no conjunto da PEA nas duas últimas décadas e os serviços sociais privados, de 4,7% para 5,8%.

Como conclusão, podemos constatar nos dados da PNAD, que nas duas outras metrópoles nordestinas (Recife e Salvador) o setor *serviços* absorve uma parcela da PEA bem maior do que em Fortaleza., chegando a mais de 80% em 1999. Por outro lado, a população ocupada na indústria vem caindo sensivelmente nas três metrópoles, situando-se no patamar de 17% da PEA em Recife e Salvador, no final da década de 90, enquanto em Fortaleza a estrutura produtiva aponta para uma permanência dos níveis ocupacionais em torno de 24% da PEA desde 1988. O setor primário, entretanto, seguindo a tendência histórica, vem perdendo postos de trabalho nas três metrópoles.

O que estaria acontecendo com a ocupação no setor terciário dessas metrópoles? Em todas elas os serviços que ocupam a grande maioria da PEA ainda são os serviços de distribuição e os serviços pessoais. Os serviços de apoio à produção e os serviços sociais privados que são considerados serviços avançados, crescem relativamente no mesmo ritmo nas três metrópoles, embora Salvador se destaque pelo emprego em proporções mais elevadas nos serviços de apoio à

produção, que vem ocupando cerca de 11% da PEA.

Como conclusão, podemos observar que há um misto de moderno e de tradicional na estrutura produtiva das metrópoles, metaforicamente as três principais da região Nordeste, onde os serviços avançados começam a proliferar, ora como consequência do crescimento do turismo, ora como resultado da estrutura industrial que se torna mais complexa, ora pelo crescimento do ramo de serviços imobiliários, vinculado à expansão do capital financeiro. Fortaleza mantém uma estrutura industrial tradicional, porém oferece as condições para um rápido crescimento do turismo e se coloca como a capital que mais cresce no Nordeste, atraindo investimentos turísticos, ao mesmo tempo em que acolhe uma massa de capital financeiro de outras praças. Enquanto isso, Recife avança na especialização dos serviços modernos e se qualifica para sediar um tecnopolo nordestino, ao lado de Campina Grande. Por outro lado, a posição geográfica de Salvador como a metrópole mais próxima do Sudeste torna-se privilegiada para receber os fluxos de turismo e de capitais, já se apresentando hoje como um centro financeiro e de negócios de grande importância na região Nordeste.

POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Na década de 80 houve um forte crescimento das desigualdades de renda no Brasil, que já vinham se agravando desde o período do regime militar. Nos anos 80 as altas taxas inflacionárias, a ciranda financeira praticada pelos governos da época e as políticas ortodoxas de ajuste estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) contribuíram para o agravamento das desigualdades, corroendo o poder aquisitivo da população e redistribuindo renda em benefício dos rentistas e das camadas mais privilegiadas. Tendência que se repete nos estados, independentemente das políticas praticadas pelos governos locais. O ano de 1989 é o ano mais atípico numa série de 19 anos, quando a inflação atingiu o patamar de 84%, evidenciando assim uma apropriação

de renda extremamente elevada pelas camadas superiores da estrutura social.

O início dos anos 90 marca uma redução dos índices inflacionários com os efeitos estabilizadores nos preços dos bens exportáveis a partir da abertura da economia e, especialmente a partir de 1994 com a implementação do Plano Real.

Estudos realizados por Hoffmann (2000; 2001), utilizando os índices de Gini e de Theil e a porcentagem da renda familiar anual apropriada pelos 10% mais ricos mostra um crescimento das desigualdades no Brasil entre 1986 e 1989, um valor excepcionalmente baixo em 1992 e sua relativa estabilidade no período 1993-98. No período de 1993 a 1995 teria havido uma redução substancial dos níveis de pobreza, devido aos efeitos do Plano Real, semelhante à redução da pobreza em 1986, ano do Plano Cruzado, que teve efeitos benéficos, porém efêmeros. Estudo mais recente confirma essas tendências para as seis regiões do país, inclusive o Nordeste, ao observar que no período 1993-99 ocorre redução substancial das desigualdades em todas as regiões do Brasil, sendo o ano de 1999, o de menor desigualdade de rendimento entre pessoas economicamente ativas.

Apesar dessa tendência, a desigualdade continua extremamente elevada. Utilizando como principal variável o rendimento familiar per capita, constata-se que no período 1993-1999 houve diminuição das desigualdades, com a redução dos índices de Gini na maioria das regiões, inclusive no Nordeste, registrando-se uma variação de 0,609 para 0,600 no caso do Brasil e de 0,638 para 0,615 no Nordeste.

Os dados mostram que nesse período há um crescimento expressivo do rendimento real per capita, obtendo uma variação positiva de 27,4% no Brasil e de 26,9% no Nordeste, para a renda média de 254,6 reais no país e de 141 reais, em valores de setembro de 1999 registrada no Nordeste. Esses dados foram obtidos com base em levantamentos das PNADs junto às famílias residentes em domicílios particulares e com declaração de rendimento familiar.

Quando utilizamos os dados referentes à

população metropolitana, a tendência confirma a redução das desigualdades de rendimento familiar per capita, a partir de 1989, seguindo-se uma tendência de queda até 1995 e relativa estabilização até 1999, em todo o conjunto metropolitano. No entanto, tomando

como referência de análise o período de 1981 a 1999, observamos que as desigualdades de renda aumentaram, no conjunto metropolitano.

Porém, as três maiores regiões metropolitanas do Nordeste registram tendências diferentes, com um leve

Tabela 2. Estrutura Produtiva das Metrôpoles de Fortaleza, Recife e Salvador 1981, 1988, 1995 e 1999.

GRUPOS DE ATIVIDADE	1981	1988	1995	1999
(Porcentagem do Pessoal Ocupado)				
Fortaleza				
Industria da Transformação	16,10	15,83	15,28	15,90
Outras Industrias	11,97	8,72	9,40	8,00
Serviços de Distribuição	20,82	20,76	23,23	23,80
Serviços de Produção	5,71	6,34	6,27	7,60
Serviços Públicos	5,86	5,99	6,00	5,90
Serviços Sociais Privados	3,70	4,43	5,07	5,80
Serviços Pessoais	24,50	26,38	26,51	25,10
Serviços Seg. Just. Administração	5,89	5,92	5,06	4,20
Setores de Atividade	100,0	100,0	100,0	100,0
AGRICULTURA	4,84	5,03	2,71	2,70
INDÚSTRIA	28,07	24,55	24,69	23,90
SERVIÇOS	67,08	70,42	72,60	73,30
(Porcentagem do Pessoal Ocupado)				
Recife				
Industria da Transformação	15,80	14,20	10,16	10,30
Outras Industrias	11,43	8,59	8,01	7,90
Serviços de Distribuição	21,42	22,43	26,63	26,30
Serviços de Produção	7,35	8,17	7,33	8,90
Serviços Públicos	5,31	6,28	5,24	5,30
Serviços Sociais Privados	4,69	4,99	4,97	5,80
Serviços Pessoais	21,54	21,80	25,98	24,50
Serviços Seg. Just. Administração	6,75	7,37	6,67	5,50
Setores de Atividade	100,0	100,0	100,0	100,0
AGRICULTURA	4,79	3,84	3,44	2,40
INDÚSTRIA	27,23	22,79	18,17	18,20
SERVIÇOS	67,98	73,37	78,39	79,40
(Porcentagem do Pessoal Ocupado)				
Salvador				
Industria da Transformação	13,95	11,96	9,12	8,60
Outras Industrias	13,60	10,45	10,00	9,10
Serviços de Distribuição	20,37	21,79	23,84	25,00
Serviços de Produção	8,50	10,11	9,72	10,80
Serviços Públicos	6,34	7,16	5,45	6,00
Serviços Sociais Privados	4,12	5,21	6,32	7,20
Serviços Pessoais	22,89	23,68	26,62	25,40
Serviços Seg. Just. Administração	8,23	6,31	5,99	5,80
Setores de Atividade	100,0	100,0	100,0	100,0
AGRICULTURA	1,47	1,71	2,10	1,80
INDÚSTRIA	27,56	22,42	19,11	17,60
SERVIÇOS	70,98	75,88	78,79	80,60

Fonte: IBGE/PNADS 1981, 1988, 1995, 1999.

crescimento das desigualdades de renda, até mesmo nos anos 90, como revelam os dados da tabela 3 abaixo.

Tabela 3. Apropriação da Renda Familiar per capita Metropolitana (%)

Estratos	1981	1989	1995	1999
Fortaleza				
10% +pobres	1,14	0,86	1,22	1,05
40%+pobres	3,38	2,73	3,29	3,20
10% +ricos	48,19	53,96	48,96	51,84
Recife				
1 10% +pobres	1,20	0,90	1,20	1,0
40% +pobres	3,40	2,90	3,60	3,10
10% +ricos	49,30	55,00	48,00	51,80
Salvador				
10% +pobres	1,00	0,70	0,90	0,90
40% +pobres	3,30	2,70	3,00	3,10
10% +ricos	46,20	50,50	52,70	50,80

Fonte: IBG/PNADs 1981, 1989, 1995, 1999.

O conjunto da Região nordestina apresenta maior concentração de renda do que o país em seu conjunto, embora no estrato mais baixo a realidade seja um pouco diferente. Os dados da tabela 4 mostram que os 40% mais pobres do Nordeste se apropriam de apenas 8,1% da renda, mas no Brasil tal segmento se apropria de apenas 7,8. Porém, os mais ricos se apropriam de uma parcela maior da renda no Nordeste do que no país e a distância entre os rendimentos médios dos mais ricos e o dos mais pobres do Nordeste é de 25 vezes enquanto a do país é de 24 vezes.

A tabela 5 mostra que o rendimento médio real do país em valores de 1999 (R\$254,60) é bem superior ao do Nordeste (R\$141,00) e a parcela dos que vivem com meio salário mínimo no Nordeste é muito maior, cerca de 62% da população, enquanto no país é de 38%.

Conforme os dados da PNAD de 1999, o Nordeste abrigava 22,9 milhões de pobres, cerca de 49% do total da população da Região e 42% do total dos pobres do país. A situação mais crítica é no meio rural, onde a população de pobres chegava a 8,2 milhões, o equivalente a 18% da população da Região e 15% do total dos pobres do país.

Gráfico 1. Apropriação da renda familiar per capita na RM de Fortaleza

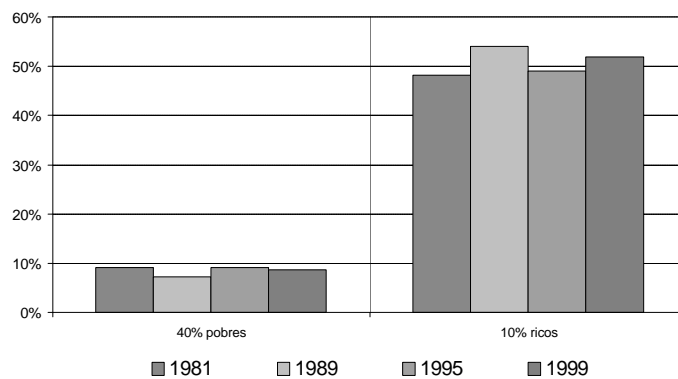


Gráfico 2. Apropriação da renda familiar per capita na RM de Recife

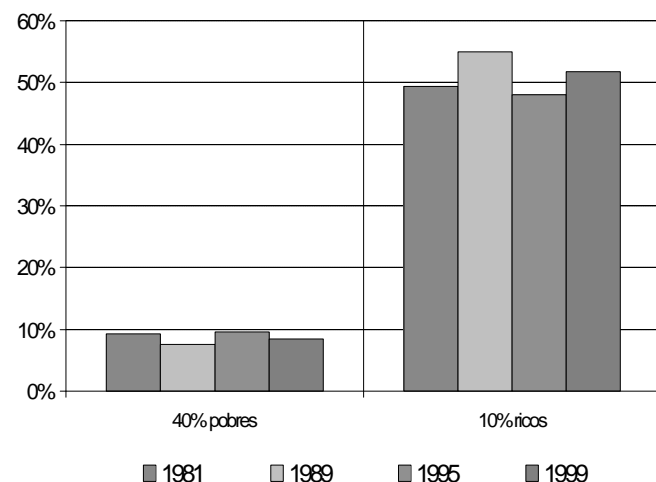
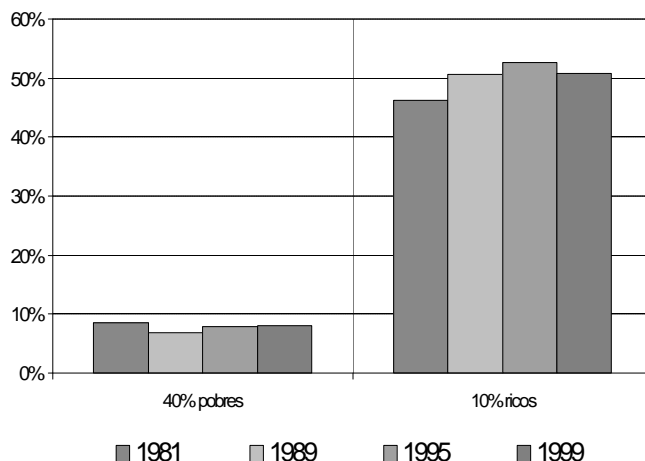


Gráfico 3. Apropriação da renda familiar per capita na RM de Salvador



Com relação à pobreza rural, sua incidência é associada principalmente às precárias condições da agricultura familiar. Correspondendo a 82,6% do total dos estabelecimentos rurais do Nordeste, ocupando uma área média de 17 hectares e obtendo uma renda monetária mensal média igual a R\$ 58,00, grande parte dos estabelecimentos familiares nordestinos localiza-se

em áreas marginais e com restrições à prática agrícola. Esses estabelecimentos não possuem, via de regra, infra-estrutura adequada e dependem de políticas de reforma agrária, crédito, pesquisas e assistência técnica para integrarem-se produtivamente.

Tabela 4. Apropriação da Renda Familiar per capita do Nordeste (1999)

Apropriação da Renda	Brasil	Nordeste
% da Renda dos 40% + pobres	7,80	8,10
% da Renda dos 10% + ricos	47,40	51,00
% da Renda dos 5% + ricos	33,70	38,30
% da renda dos 1% + ricos	13,30	16,50
Razão entre 10 +ricos e 40+pobres	24,20	25,20
Índice de Gini	0,600	0,615

Fonte: PNADs 1993, 1995, 1997, 1999. Elaboração: Hoffmann (2001).

Utilizando os dados do Censo Demográfico de 2000, constatamos que cerca de 58,8% dos ocupados no Nordeste, que representam 9,43 milhões de pessoas, ganhavam no máximo dois salários mínimos por mês. Os dados do Censo confirmam as tendências observadas no Nordeste, indicando também que o rendimento real médio apresentou um leve crescimento, como ocorreu no Brasil, como decorrência principalmente da estabilização dos preços, porém a apropriação da renda pela parcela mais rica da população continuou crescendo, ao lado da redução do bolo da renda que vem sendo apropriado pelos mais pobres. A parcela da população em situação de pobreza no Nordeste ainda é grande. Os Estados de Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas lideram este caótico fenômeno, apresentando percentuais da população indigente, em torno de 63,7, 61,7%, 55,7% e 55,4%, respectivamente, como se vê no quadro abaixo, extraído de estudo da Fundação Getúlio Vargas (2001).

Os resultados do processo de inserção do Nordeste na globalização financeira, sob a estratégia

da guerra fiscal para a atração de investimentos industriais e dos empréstimos externos para infraestrutura com o objetivo de atrair o turismo, ao lado da ausência quase total de políticas públicas para a Região deixaram um saldo de permanência das desigualdades em relação ao país, ao lado do crescimento do número absoluto de pobres que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas de alimentação.

Tabela 6. População Indigente nos Estados do Nordeste – 1996/99

Estados	População Indigente (%)	População Indigente (mil)
Brasil	29,26	49.600
Alagoas	55,43	1.562
Bahia	54,8	7.160
Ceará	55,73	4.134
Maranhão	63,72	3.592
Paraíba	50,22	1.726
Pernambuco	50,95	4.031
Piauí	61,75	1.754
Rio Grande do Norte	46,93	1.300
Sergipe	50,14	892

Fonte: IBGE/PNADs. Elaboração: Fundação Getúlio Vargas/IBRE.

Do ponto de vista dos investimentos federais, o Nordeste perdeu espaço para outras regiões na obtenção de recursos, ficando ao sabor da guerra fiscal e dos empréstimos das instituições multilaterais (BID e Banco Mundial). A extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a reestruturação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foram os resultados mais palpáveis da estratégia neoliberal implementada pelos governos Collor e FGH na última década, quando as regras do mercado prevaleceram sobre as necessidades da população e os setores de elevada produtividade foram os únicos beneficiados, nos subespaços incluídos na globalização

Tabela 5: Evolução da Pobreza no Brasil e no Nordeste nos Anos 90

Indicadores de Pobreza	1993	1995	1997	1999
Rendimento real médio (R\$/99) BR	199,9	263,6	266,4	254,6
Rendimento real médio (R\$/99) NE	108,8	139,0	140,1	141,0
Pessoas com ½ salário min. BR (%)	47,7	37,6	38,0	38,1
Pessoas com ½ salário min. NE (%)	72,0	62,7	63,6	62,4
Pessoas com ¼ salário min. BR (%)	24,7	17,9	18,6	18,1
Pessoas com ¼ salário min. NE (%)	47,7	35,0	37,3	35,0

Fonte: PNADs 1993, 1995, 1997, 1999. Elaboração: Hoffmann (2001).

financeira. As áreas em crise que passam por processo de reestruturação econômica (açucareira e cacaueteira) e as áreas estagnadas (semi-árido) ficaram excluídas de qualquer intervenção pública durante a última década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de integração do Nordeste aos mercados nacionais nos anos 70 e 80, movido pelas políticas compensatórias (Sistema 34/18, FINOR e Crédito subsidiado) e pela estratégia exportadora do II PND contribuiu para o crescimento econômico e a modernização das estruturas econômicas tradicionais da região, no entanto esse processo atingiu somente os setores e subespaços privilegiados em termos de atributos paisagísticos, qualidade do solo e níveis de produtividade. As áreas estagnadas e com pouco potencial agrícola, especialmente o Sertão e o Semi-árido, foram abandonadas à sua própria sorte. A estratégia adotada nos anos 90, com ênfase na guerra fiscal praticada pelo poder local nos estados, agravou ainda mais o processo de fragmentação territorial da região, com o crescimento da pobreza nas áreas mais vulneráveis.

A migração rural-urbana em direção às capitais foi a saída encontrada por grande parcela da população em busca de sobrevivência, haja vista as grandes obras de infra-estrutura de apoio ao turismo naqueles espaços urbanos. A alternativa gerou uma desproporção entre as oportunidades oferecidas nas capitais e a enorme demanda de trabalho e de serviços sociais que o Estado não oferece, frente aos seus compromissos com o capital, via guerra fiscal. Daí porque as metrópoles nordestinas apresentam hoje um verdadeiro caos urbano, com o crescimento do desemprego aberto, das favelas e da criminalidade. As estatísticas apontam para o crescimento das desigualdades de renda e para o crescimento da fração da população em situação de pobreza absoluta nas três maiores metrópoles nordestinas, apesar de manter os mesmos padrões de desigualdade no conjunto dos estados. Quase a metade da população nordestina (23 milhões de pessoas) vive

em situação de indigência, destacando-se os estados de Piauí, Maranhão, Ceará e Alagoas, que apresentam graves deficiências, estando mais da metade da população incluída entre os indigentes.

A situação de fragmentação do território nordestino e do crescimento da pobreza pode ser vista no contexto do Estado neoliberal e no desaparecimento das políticas compensatórias, que, mesmo com subsídios ao capital durante décadas, promoveram e impulsionaram a região. A guerra fiscal praticada nos anos 90, movida essencialmente por mecanismos de mercado, acabou gerando apenas algumas “ilhas de prosperidade”, utilizando atrativos fiscais e financeiros para as indústrias de fora, enquanto os investimentos federais foram direcionados para a agricultura irrigada e para o turismo nas capitais, como setores privilegiados que deveriam projetar nacionalmente a região e inseri-la nos mercados globalizados. O processo avançado de desertificação de algumas áreas do Semi-árido nordestino, que permaneceu sem apoio financeiro do Estado, é mais um elemento desagregador da região no contexto de sua unidade geo-política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFONSO, Rui B. A. **Os Estados e a Descentralização no Brasil**. Série Política Fiscal N. 93, CEPAL, Santiago do Chile, 1997.
- ARAÚJO, T. Bacelar. **Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, V. 30, No 02, Abril/Junho, 1999. p. 144 – 161.
- _____. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências**. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2000.
- CARLEIAL, Liana. **A Questão Regional no Brasil Contemporâneo**. In: Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. Editora Hucitec, São Paulo, 1993.
- DINIZ, C. Campolina. **Impactos Territoriais da Reestruturação Produtiva no Brasil e no Mercosul**. In: RIBEIRO, L.C.Q.(Org.) O Futuro das Metrópoles. Rio de Janeiro, 2000.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/IBRE. **Mapa do Fim da Fome: Metas Sociais contra a Miséria nos Municípios**. Rio de Janeiro, Julho 2001.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-98**. Mimeo (2000).

_____. **A Distribuição da Renda no Brasil no Período 1993-99.** Mimeo, 2001.

IPEA/IBGE/UNICAMP. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.** Volume I, Coleção Pesquisas. Campinas, 1999.

LIMA, Policarpo. **Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas.** In: Plataformas Eleitorais e Gestão do Desenvolvimento na Região Nordeste. Cadernos do Nordeste, no 9, EQUIP/FASE/DED. Recife, 1999.

MILLER, Lilian M. **Qualidade do Emprego nos Serviços.** Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

NATAL, Jorge L. A. **Hegemonia Norte-Americana e Mudanças Espaciais no Brasil:** um tributo à Maria da Conceição Tavares. Versão Preliminar. IPPUR/UFRJ Mimeo.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação.** UNICAMP/Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 1998.

PIQUET, Rosélia. **O Emprego Industrial Metropolitano e a nova Divisão Espacial do Trabalho no Brasil.** IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil:** o papel do Estado e dos grandes investimentos. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

SABÓIA, J. – Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90: Um Enfoque Regional. Instituto de Economia/UFRJ. Mimeo, Rio de Janeiro, 2000.

TAVARES, M. **Conceição e FIORI, J. Luís – Poder e Dinheiro:** Uma Economia política da Globalização. Vozes. Petrópolis, 1997.